

Estudantes que têm dívidas com o Fies poderão solicitar a renegociação dos valores devidos entre os dias 29 de abril a 29 de julho. Podem ser renegociados os contratos com atraso no pagamento de pelo menos 90 dias e que ainda estiverem no período de amortização e não tenham sido alvo de ação judicial pelo agente financeiro. A medida vale para os contratos de financiamentos concedidos até o segundo semestre de 2017.

STF: ministros criticam decisões de soltar condenados em 2ª instância

Os ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, do STF, criticaram ontem (4) decisões monocráticas (individuais) de colegas que concedem liberdade a pessoas presas após terem sido condenadas na segunda instância da Justiça. As críticas são baseadas no fato de o Supremo ter autorizado em 2016 o cumprimento imediato de pena logo após a condenação em segundo grau, mesmo que o condenado ainda tenha recursos pendentes de julgamento no STJ ou no próprio STF. O entendimento foi firmado em dois habeas corpus e na análise de uma medida cautelar.

“Nas democracias maduras, uma vez fixada uma tese ju-

rídica pela Suprema Corte, os demais magistrados seguem a orientação colegiadamente fixada. Então, o fato de que alguém deixe de seguir a orientação do Supremo está longe de obrigar os outros magistrados do país a errarem por isonomia”, disse Barroso. Fachin concordou. “Eu creio que se demonstra respeito a um tribunal constitucional respeitando as decisões colegiadas majoritárias”, disse o ministro. “Isso não pode operar como um limpador de para-brisa, ora está aqui, ora está acolá. É fundamental que se tenha uma diretriz e um mínimo de previsibilidade.”

As críticas foram feitas durante julgamento no plenário do TSE, do qual Fachin e Barroso tam-

bém fazem parte, de um pedido em que uma ré busca o direito de recorrer em liberdade após ter sido condenada pelo TRE-RJ, segunda instância da Justiça Eleitoral. A ré foi condenada no âmbito da Operação Chequinho, que apura irregularidades na campanha eleitoral de 2014 em Campos dos Goytacazes. Outros condenados na mesma operação foram soltos por força de uma liminar (decisão provisória) concedida no STF pelo ministro Ricardo Lewandowski, que garantiu o direito de recorrerem em liberdade.

Ao menos outro ministro do STF, Marco Aurélio Mello, também profere com frequência decisões para soltar condenados em segunda instância, sob o argumento de que o entendi-



“Nas democracias maduras, uma vez fixada uma tese jurídica pela Suprema Corte, os demais magistrados seguem a orientação colegiadamente fixada.”

mento atual do Supremo sobre o assunto não vale para todos, por ter sido firmado em relação a casos particulares e de modo provisório.

Em face do argumento, Lewandowski, Marco Aurélio e

o próprio Fachin cobram que o plenário do Supremo julgue o quanto antes o mérito de três ações declaratórias de constitucionalidade (ADC's) sobre o assunto, de modo a assentar em definitivo a diretriz a ser

seguida. As ADC's seriam julgadas na próxima semana, mas ontem (4) o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, adiou indefinidamente o julgamento, a pedido da OAB, autora de uma das ações (ABR).

Captação líquida da poupança caiu 53% em março

Depois de ter registrado retirada líquida - mais saques que depósitos - nos dois primeiros meses do ano, a caderneta de poupança voltou a atrair o interesse dos brasileiros em março. No mês passado, a captação líquida - depósitos menos retiradas - somou R\$ 1,85 bilhão, informou ontem (4) o Banco Central. O valor representa queda de 53,4% em relação a março do ano passado, quando os depósitos tinham superado os saques em R\$ 3,98 bilhões.

Mesmo com o recuo, a captação líquida atingiu o segundo melhor nível para meses de março desde 2013. Naquele mês, os depósitos tinham excedido as retiradas em R\$ 5,96 bilhões. Em março de 2014, 2015 e 2016, a poupança tinha registrado saques líquidos - com os correntistas retirando mais do que depositando. Apesar do desempenho positivo em março, as retiradas continuam



Mesmo com o recuo, atingiu o segundo melhor nível para meses de março desde 2013.

maiores que os depósitos em 2018. No primeiro trimestre, a caderneta de poupança registrou saques líquidos de R\$ 13,4 bilhões, contra saques líquidos de R\$ 1,93 bilhão no mesmo período do ano passado.

Até 2014, os brasileiros depo-

sitavam mais do que retiravam da poupança. Naquele ano, as captções líquidas chegaram a R\$ 24 bilhões. Com o início da recessão econômica, em 2015, os investidores passaram a retirar dinheiro da caderneta para cobrirem dívidas, num

cenário de queda da renda e de aumento de desemprego.

Em 2015, R\$ 53,57 bilhões foram sacados da poupança, a maior retirada líquida da história. Em 2016, os saques superaram os depósitos em R\$ 40,7 bilhões. A tendência inverteu-se em 2017, quando as captções excederam as retiradas em R\$ 17,12 bilhões.

Com rendimento de 70% da Taxa Selic, a poupança está se tornando menos atrativa porque os juros básicos estão no menor nível da história, em 6,5% ao ano. Nos últimos meses, o investimento não tem conseguido garantir rendimentos acima da inflação.

Nos 12 meses terminados em março, a poupança rendeu 4,16%. O IPCA-15, que funciona como uma prévia da inflação oficial, acumulou 4,18% no mesmo período. No próximo dia 10, o IBGE divulga o IPCA cheio de março (ABR).

ACM Neto: urgência na aprovação da reforma

Marcos Corrêa/PPR



Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, presidente Jair Bolsonaro, e o presidente nacional do DEM, ACM Neto.

O presidente do Democratas (DEM), ACM Neto, disse ontem (4) que o país precisa “o quanto antes” aprovar a reforma da Previdência e que o partido pode integrar a base do governo no Congresso. ACM Neto foi o quinto presidente de partido a ser reunir ontem (4) com o presidente Jair Bolsonaro, que articula a aprovação da reforma previdenciária. Ele não descarta que o partido possa fechar questão e orientar os parlamentares a votar a favor da proposta do governo, mas disse que isso depende do texto que irá a votação no plenário da Câmara.

“Se o texto que for votado no plenário tiver o apoio maioritário do partido, nós podemos sim avançar para propor um fechamento de questão pela reforma”, disse, explicando que a proposta ainda deve passar por modificações na comissão a ser criada para analisar o seu mérito. Segundo ACM Neto, a participação do partido na base do governo federal também depende de decisão da direção do DEM.

Também prefeito de Salvador, ACM Neto ressaltou que, além de destravar a economia, a reforma nas aposentadorias é importante para estados e municípios e disse que governadores e prefeitos terão que se posicionar. “É um problema que extrapola os limites da União e alcança de maneira grave estados e municípios. Não vamos aceitar que o governador, que talvez faz oposição formal [ao governo federal], vá para sua base, faça um discurso e aqui fique em silêncio torcendo pela aprovação [da reforma]”, disse.

ACM Neto estava acompanhado do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, também do DEM. Antes deles, Bolsonaro recebeu os presidentes do PRB, deputado Marcos Pereira (ES); do PSD, Gilberto Kassab; do PSDB, Geraldo Alckmin; e do PP, senador Ciro Nogueira (PI). O PSD e o PSDB apoiam uma reforma da Previdência para o país, mas manterão a independência em relação ao governo federal (ABR).

PSDB e PSD apoiam a reforma da Previdência

O PSD e o PSDB apoiam uma reforma da Previdência para o país, mas devem manter a independência em relação ao governo federal. Os presidentes dos dois partidos estiveram ontem (4) no Palácio do Planalto para uma primeira rodada de diálogos do presidente Jair Bolsonaro, em busca de apoio à aprovação da reforma. De acordo com o presidente do PSDB, Geraldo Alckmin, para o partido, a reforma precisa ser justa com todos os trabalhadores, combater privilégios e acabar com o déficit fiscal.

“O PSDB tem uma postura de independência em relação ao governo, não há nenhum tipo de troca, não aceitamos cargos no governo e votamos com aquilo que entendemos que é importante para o Brasil. Essa é a primeira das reformas estruturantes que o Brasil precisa, mas dentro desse foco de justiça social e fiscal”, disse Alckmin, reiterando que o partido não participará da base aliada de Bolsonaro.

Assim como Alckmin, o presidente do PSD, Gilberto Kassab,



Presidente Nacional do PSD, Gilberto Kassab.

avaliou como positiva a postura do presidente de dialogar com os partidos. Ao deixar o Palácio do Planalto, Kassab afirmou o compromisso do seu partido com a reforma no sistema de aposentadorias, mas disse que a tradição do PSD é de manter independência em relação ao governo. “Em relação às bancadas, o partido não fechará questão, mas haverá um esforço intenso no sentido de mostrar aos parlamentares a importância das reformas para o Brasil. Independência significa total condição de apoiar os projetos que estão sintonizados com o nosso programa e o que pensamos os parlamentares”, disse, (ABR).

Coaf continuará a 'prevenir' lavagem de dinheiro

O ministro da Justiça, Sergio Moro, afirmou ontem (4) que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) continuará trabalhando para prevenir a lavagem de dinheiro. “Nunca pedi que o Coaf fosse para o ministério [da Justiça]. Me foi oferecido, e eu o aceitei de bom grado por esta questão de integração”, declarou Moro ao participar da cerimônia de abertura da reunião do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, na Justiça Militar, em Brasília.

“O Coaf realiza um trabalho relevante de inteligência e prevenção à lavagem de dinheiro. É um órgão eminentemente técnico e vai continuar atuando com inteligência na prevenção da lavagem de dinheiro”, acrescentou Moro, negando notícias de que, no Ministério da Justiça, o conselho poderia se transformar em um órgão “policialesco”.

“Não sei o que isso significa, mas não. O Coaf vai continuar fazendo a mesma coisa”, disse o ministro, que já havia criticado o que classificou de “omissão” de governos anteriores no combate



Ministro da Justiça, Sergio Moro.

à corrupção. De acordo com Moro, o Coaf foi contemplado na reestruturação administrativa do ministério. Uma dessas mudanças foi a criação da Diretoria de Inteligência Penitenciária, que atua em uma das três áreas que o ministro considera prioritárias: o combate às organizações criminosas, ao lado do enfrentamento à corrupção e aos crimes violentos.

Entre outros aspectos, a proposta defende a execução de sentenças condenatórias de segunda instância; a regulamentação dos procedimentos de escutas ambientais - ou grampos eletrônicos - em investigações criminais; a consolidação de um registro nacional de informações do perfil genético de criminosos; a regulamentação do trabalho de investigadores disfarçados em operações policiais e a aposta em ações integradas entre as forças de segurança federais, estaduais e o Ministério Público (ABR).

“Cuide-se como se você fosse de ouro, ponha-se você mesmo de vez em quando numa redoma e poupe-se”.

Clarice Lispector (1920/1977)
Escritora ucraniana

Para informações sobre o

MERCADO
FINANCEIRO

faça a leitura do
QR Code com seu celular

